

Orçamento Congresso GAZETA MERCANTIL deixa cortes 16 DEZ 1988 para Executivo

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O presidente do Senado, Humberto Lucena, encaminhou ontem à noite à Presidência da República o projeto do Orçamento Geral da União para 1989, aprovado pelo Congresso, com receitas e despesas fixadas em CZ\$ 120,364 trilhões. O presidente José Sarney terá agora quinze dias para decidir se veta, integral ou parcialmente, ou se sanciona o projeto de lei orçamentária. Mesmo sem alterar o valor global — que foi apenas atualizado pelo Parlamento com uma estimativa mensal de 10% de inflação —, o documento, protocolado ontem às 21h15 no Palácio do Planalto, altera substancialmente a proposta original da Secretaria do Planejamento.

Além de realocar recursos de uma área para outra e de eliminar o sistema de indexação desejado pelo Executivo, o projeto muda as regras de execução orçamentária, reduz de CZ\$ 550 bilhões para CZ\$ 178 bilhões o pagamento das dívidas dos estados e municípios e, principalmente, deixa a cargo do Executivo a definição dos cortes a serem feitos, especialmente no orçamento de crédito, para compensar a redução da receita da União.

A falta de definição dos cortes foi considerada "inconstitucional" pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que às 18 horas recebeu uma cópia do orçamento aprovado pelo Congresso. Seus assessor

res garantem que a inconstitucionalidade de pelo menos um artigo será suficiente para o ministro recomendar a Sarney o veto parcial do projeto.

(Ver página 6)

O Congresso Nacional encerrou ontem o ano legislativo com a aprovação de várias matérias, entre as quais o aumento dos servidores públicos federais, a instituição de imposto que substitui o pedágio nas estradas federais e a criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Uma das medidas provisórias do ajuste fiscal — a que tratava dos incentivos fiscais — deixou de ser aprovada e em seu lugar foi elaborado um projeto de lei aprovado ontem mesmo pela Câmara e pelo Senado, alterando os cortes nos incentivos fiscais.

O Congresso deixa para o ano que vem a aprovação de algumas medidas como a correção mensal dos depósitos do FGTS. Ficam ainda a Lei de Greve, a Lei do Inquilinato, as regras para a sucessão presidencial e as regulamentações do tabelamento dos juros, do código de defesa do consumidor e vários outros dispositivos previstos pela nova Constituição.